

**Cláudio Aguiar da Silva**

**Análise de crédito aplicada à micro e pequenas  
empresas: Um estudo de caso**

**Taubaté – SP**

**2004**

**Cláudio Aguiar da Silva**

**Análise de crédito aplicada à micro e pequenas  
empresas: um estudo de caso**

Monografia apresentada para obtenção do Certificado de Especialização em MBA Gerência Financeira e Controladoria do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Msc. Norio Ishisaki

Co-Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo  
Querido Oliveira

**Taubaté – SP**

**2004**

**Ficha catalográfica elaborada pelo  
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

S586a Silva, Claudio Aguiar da

Análise de crédito aplicada à micro e pequenas empresas: um estudo de caso /  
Claudio Aguiar da Silva. - - Taubaté: UNITAU, 2004.

47f. : il.

Orientador: Norio Ishisaki

Co-orientador: Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

Monografia (Especialização) – Universidade de Taubaté, Departamento de  
Economia, Contabilidade e Administração, 2004.

1. Análise de Crédito. 2. Micro e pequenas empresas. 3. Finanças.  
4. Gerência Financeira e Controladoria – Monografia. I. Universidade de  
Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração.  
II. Ishisaki, Norio (orient.); III Oliveira, Edson Aparecida de Araújo Querido  
(co-orient.). IV. Título.

CLAUDIO AGUIAR DA SILVA

ANÁLISE DE CRÉDITO APLICADA À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, TAUBATÉ, SP

Data: 20/12/2004

Resultado: 9,0

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Mestre Mario Celso Felippe

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Mestre Valter João de Souza

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Mestre Norio Ishisaki

Assinatura \_\_\_\_\_

Dedico esse trabalho a minha esposa Cássia e filhas, meus pais e a dona Lolote.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Prof. Norio Ishisaki pela ajuda e orientação na realização deste trabalho.

Agradeço aos amigos de turma pelo incentivo.

Agradeço aos amigos Roberval Souto da Silva e Adair Farias do Prado pela ajuda.

SILVA, Cláudio Aguiar da. **Análise de crédito aplicada à micro e pequenas empresas: um estudo de caso**. 2004. 47f. Monografia (Especialização, MBA Gerência Financeira e Controladoria) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, Brasil.

## **RESUMO**

As Micro e Pequenas Empresas necessitam de recursos para a sua alavancagem financeira, para ter acesso ao crédito elas recorrem aos Bancos para a obtenção destes recursos necessários para investimentos, capital de giro, dentre outras formas de financiamento. O cenário macroeconômico e o ramo da atividade da empresa são aspectos considerados, mas mesmo assim, a inadimplência neste segmento de mercado tem crescido. Falta um melhor instrumento de análise por parte das instituições financeiras na concessão de crédito. A capacidade do cliente é por vezes negligenciada, para que haja empréstimos que muitas vezes só serão recebidos através de ações judiciais. O presente trabalho mostra o estudo de caso em uma Agência de um Banco, que apesar de todo o cuidado na concessão do crédito, ainda possui um índice de inadimplência consideravelmente elevado. Esse alto índice demonstra que há falhas no processo concessão de crédito às Micro e Pequenas Empresas. Os critérios de concessão de crédito tem por finalidade minimizar perdas com a inadimplência, mas se a avaliação da capacidade do cliente é deficiente, então, o índice de inadimplência pode aumentar levando a perdas que poderiam ser evitadas. O uso das Técnicas Modernas de Avaliação de Carteiras reduz esses riscos e o seu uso deveria ser prática comum independente do tamanho da empresa. Há uma certa negligência por parte dos Bancos na concessão de crédito para as Micro e Pequenas empresas.

**Palavras-chave:** Crédito; Análise de Crédito; Finanças

SILVA, Cláudio Aguiar da. **Credit's Analysis of Micro and Small Companies: A Case.** 2004.47p. Monograph (Specialization, MBA Accountability and Financial Management) – Economy, Accounting and Administration Department, University of Taubaté, Taubaté, Brazil.

## **ABSTRACT**

The Micro and Small Companies need sources to its financial launch order to have access to credit they turn to Banks to obtain the necessary resources to investments, floating capital, among other ways of financial. The macroeconomics scenery and the business activities of the company aspects to take into consideration, but even so, non payment in this kind of market has grown field. There is a lack of analysis instrument from the financial institutions to make a credit concession. The client's capacity is sometimes neglected, in order happen loans that several times will only be paid through lawsuit. This paper shows a study case in an agency of those banks, that besides all attention in the credit concession, they still have a high level of non payment. This high level shows that there are failing in the process of credit concession to Micro and Small Companies. The criteria of credit concession aims to minimize the non payment loss, but if the valuation of the client's capacity is defective, then, the non payment level can increase, leading to losses that could be avoided. The application Modern Theory of Credit valuation reduce these risks and its application should be a common practice not considering the size of the company. There is a little negligence by the banks in credit concession to the Micro and Small Companies.

**Keywords:** Credit; Credit Analyses; Financial



## SUMÁRIO

RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	6
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE QUADROS .....	10
1 INTRODUÇÃO .....	11
1.1 Objetivo do Trabalho .....	11
1.2 Caracterização do Problema .....	12
1.3 Delimitação do Estudo .....	12
1.4 Relevância do Estudo .....	12
1.5 Estrutura do Estudo.....	13
2 CONCEITUAÇÃO PESSOA JURÍDICA - MICRO E PEQUENA EMPRESA .	15
2.1 As Micro e Pequenas Empresas no Mercado ..	17
2.2 O Conceito de Risco e de Crédito .....	18
2.2.1 Os 5 Cs do Crédito.....	20
2.2.1.1 Caráter .....	20
2.2.1.2 Capacidade.....	21
2.2.1.3 Capital .....	21
2.2.1.4 Condições.....	21
2.2.1.5 Colateral .....	22
2.2.2 Risco de Crédito .....	22
2.2.2.1 Desvio Padrão como Definição de Risco ...	24
2.2.2.2 Risco <i>Versus</i> Retorno .....	25
2.3 Bancos de Dados de Proteção de Risco ...	26
2.4 Ferramentas de Análise de Crédito para Empresas ...	28
2.4.1 Fases de Análise de Crédito para Empresas .	29
2.4.1.1 Análise Cadastral .....	29
2.4.1.2 Análise Idoneidade .....	29
2.4.2 Análise Econômica-Financeira .....	29
2.5 Diversificação de Risco em Carteiras de Crédito .....	31
2.6 Modelos Avançados de Avaliação do Risco de Crédito.....	32
2.7 As Fontes Tradicionais de Financiamento.....	33
2.7.1 Produtos do Banco .....	33

2.7.2	Fundos de Capital de Risco .....	35
3	METODOLOGIA ..	36
3.1	Tipo de Pesquisa ..	36
3.2	Coleta de Dados ..	36
3.3	Seleção ..	40
4	ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÃO ..	41
5	CONSIDERAÇÕES ..	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação das Micros e Pequenas Empresas .....	16
Tabela 2 – Distribuição do Número de Empresas no Brasil .....	17
Tabela 3 – <i>Ranking</i> dos Agentes Financeiros mais ativos (BNDES) .....	18
Tabela 4 – Classificação de Risco do Banco Central .....	25
Tabela 5 – Parâmetros de Avaliação de Carteiras .....	37

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Visão Sintética da Classificação das Pessoas Jurídicas .....	16
Quadro 2 – Taxa de Juros em % ano .....	23
Quadro 3 – Carteira A .....	37
Quadro 4 – Carteira B .....	38
Quadro 5 – Carteira C .....	38
Quadro 6 – Carteira D .....	39
Quadro 7 – Carteira E .....	39
Quadro 8 – Composição Total das Carteiras da Instituição .....	41

# 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mercado de trabalho e as empresas vêm passando por uma mudança significativa, onde a criação de valor econômico é o que estabelece o desaparecimento e a manutenção das empresas.

O efeito dessa mudança se dá, sobretudo, na estrutura e tamanho das empresas. A realidade Brasileira vem demonstrando que são as chamadas Micro e Pequenas Empresas (MPE) as que mais empregam mão-de-obra.

Para dar suporte financeiro as empresas para investimentos e capital de giro, as instituições financeiras oferecem crédito às micro e pequenas empresas. O crédito oferecido é então tomado e após um prazo de carência, que é variável, deve ser repago. Muitas das micro e pequenas empresas não conseguem honrar o compromisso de repagar novamente os empréstimos efetuados.

Apesar de existirem muitas formas de crédito para as micro e pequenas empresas, as instituições financeiras oferecem como produtos de captação de recursos pelas micro e pequenas empresas as formas mais tradicionais. O desconto de cheques e duplicatas; as contas garantidas e outras formas de concessão de crédito.

Na pesquisa realizada a avaliação dos créditos concedidos é feita por cada instituição financeira que aplicam as mais variadas formas de avaliação de carteiras de crédito. Mesmo assim a inadimplência é grande para o setor das Micro e Pequenas Empresas, isso ocorre porque apesar de toda informatização existente, ainda é o ser humano o agente de maior relevância; pois é a pessoa humana a responsável pela coleta de informações e importação de dados fornecidos pelas empresas.

Neste contexto o trabalho do profissional de crédito se torna muito complicado. Porque ele tem que separar os bons e os maus pagadores. Não há um banco de dados de informações sobre tomadores de recursos, embora há bancos de dados com informações sobre empresas, que nem sempre possuem informações adequadas, o que faz com que o ato de emprestar recursos não seja uma tarefa simples.

## 1.1 Objetivo do Trabalho

Avaliar a liberação de crédito para o segmento de Micro e pequenas empresas, em uma Instituição Financeira.

A instituição financeira está localizada no interior do estado de São Paulo, para que a inadimplência seja minimizada.

Limites de crédito têm por finalidade definir o valor máximo que a instituição admite emprestar para um determinado cliente, considerando o ramo de atividade do cliente.

## **1.2 Caracterização do Problema**

Esse estudo define Micro e Pequenas Empresas (MPE) como as sendo as que estão em conformidade com a lei das MPE.

As instituições financeiras estão conseguindo obter lucros cada vez maiores em decorrência da Política Econômica atualmente vigente, principalmente no que se refere à taxa básica de juros. Por isso, as instituições financeiras se tornaram mais liberais na concessão de créditos, o que as faz menos exigentes nas liberações de créditos. Uma certa inadimplência parece ser permitida pelas instituições.

O aumento na conta dos devedores duvidosos afeta o capital de giro das empresas, mas as instituições financeiras, através de ações judiciais recuperam os empréstimos no médio e longo prazo. Identificado o nível de risco do cliente, estabelece-se o valor máximo que pode ser emprestado.

## **1.3 Delimitação do Estudo**

O estudo se limita a uma agência bancária na região do Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo, para créditos concedidos às Micro e Pequenas Empresas. O período compreendido para a análise estende-se de janeiro a julho de 2004.

## **1.4 Relevância do Estudo**

O trabalho quer mostrar que as instituições financeiras poderiam ter um acréscimo nos lucros, se na concessão de crédito os critérios fossem mais rígidos. Devem ser implantadas mesmo para às Micro e pequenas empresas as análises de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício na concessão de créditos nas agências. Considerando que as visitas aos clientes devem ser sempre orientadas para a busca de informações mais precisas sobre a saúde das empresas.

Com a implantação de pequenas rotinas de trabalho, a avaliação seria melhor e a inadimplência seria reduzida, o acompanhamento de alguns sintomas que podem ser realizados é:

- a) Queda sistemática nos índices de liquidez;
- b) Estado crônico de escassez de disponibilidades;
- c) *Visitas in loco*;
- d) Lucro líquido muito baixo em relação ao movimento dos negócios;
- e) Declínio acentuado das vendas;
- f) Faturamento muito elevado para o negócio da empresa.

Acrescenta-se o fato de não negociarem empréstimos mais saudáveis, reduzindo a possibilidade de ganho, trabalhando com poucas linhas de crédito.

## **1.5 Estrutura do Estudo**

No Capítulo 1 é apresentada toda a estrutura e objetivo do trabalho, além da relevância do estudo.

No Capítulo 2 são apresentados aspectos teóricos relativos ao conceito de Pessoa Jurídica, definindo-se Micro-Empresas e Pequenas Empresas. São apresentados também aspectos do universo das empresas, o número das Micro e Pequenas Empresas no Brasil e os agentes financeiros mais ativos, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O conceito de Risco de Crédito. Os Cs do crédito para que se faça uma boa análise de crédito, são apresentadas então as medidas de Risco de Crédito e a relação Risco Retorno. Os Bancos de Dados de Proteção ao Crédito, seu histórico e os objetivos desses bancos de dados. Os efeitos que suas informações causam sobre a tomada de decisão de crédito.

Os aspectos teóricos das Ferramentas de Análises de Decisão sobre concessão de crédito, destacando-se a Análise Cadastral e de Idoneidade e a Análise Econômica Financeira. Os aspectos teóricos da Diversificação em Carteiras de Crédito, a Moderna Teoria de Carteiras de Crédito, sem aprofundamentos na modelagem das carteiras e dos Modelos Avançados de Avaliação do Risco de Crédito.

As Fontes Tradicionais de Financiamentos para às Micro e Pequenas Empresas. Os Clubes de Investimentos e os produtos para as Micro e Pequenas Empresas do Banco, que foi utilizado no estudo de caso.

No Capítulo 3 é apresentada a metodologia aplicada, o tipo de pesquisa e coleta de dados, como a seleção.

No Capítulo 4 é apresentada a Análise de Resultados e Discussão.

Finalmente, são apresentadas às considerações finais do tema discutido, e formuladas algumas questões relevantes sobre a qualidade do crédito concedido e suas implicações na rotina das instituições de crédito.



## **2 CONCEITUANDO PESSOA JURÍDICA - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2004) Pessoa Jurídica é uma entidade civil de direito público ou privado com ou sem fins lucrativos. Pode ser entendida também como um “ente abstrato” com características próprias. Pode ser classificada em micro, pequena, média e grande empresa, podendo ser, desde uma firma individual até uma empresa com operações em bolsa de valores.

Firma Individual é a pessoa natural que se dedica a pratica de atos comerciais com intuito de lucro; é pessoa física comparada à pessoa jurídica para efeitos de Tributos e por determinação do Banco Central (BACEN) manter conta de depósito bancário no grupamento de pessoas jurídicas. Para receber o tratamento adequado é necessário fazer a declaração de firma na Junta Comercial, isso não faz nascer uma nova pessoa de direito, apenas regulariza sua posição de comerciante. “A separação contábil existente destina-se tão somente à apuração da rentabilidade alcançada na atividade comercial” (BANCO DO BRASIL, 2003, p. 13).

Uma Pessoa Jurídica se estrutura através de ato jurídico específico, do qual devem participar as pessoas que a integram. Essa formalização ocorre através de contrato, de estatuto ou de compromisso; deve indicar claramente seus elementos caracterizadores: nome, domicílio, finalidade, duração, natureza jurídica e sócios. “Ter registro em repartição competente, ganhando personalidade jurídica e passará a ser titular de direitos e obrigações e a ter capacidade para agir” (Ibid., p. 14).

Em seu ato constitutivo, as pessoas naturais que administram e representam a pessoa jurídica, devem ser mencionadas quer em juízo, quer fora dele, ativa e passivamente.

Chama-se Pessoa Jurídica de Direito Público Interno governos federal, estadual e municipal e órgãos governamentais.

Pessoa Jurídica de Direito Público Externo são as representações estrangeiras e órgãos internacionais atuantes no território nacional.

Pessoa Jurídica de Direito Privado Civil aquela com personalidade e capacidade jurídica, regidas pelas normas do direito privado e com atividade meramente civil.

Pessoa Jurídica de Direito Privado Comercial aquela com personalidade e capacidade jurídica, regidas pelas normas do direito privado e com atividade mercantil.

A seguir, no Quadro 1, tem-se uma visão sintética da classificação das pessoas jurídicas.

**Quadro 1** – Visão sintética da classificação das pessoas jurídicas

De Direito		De Direito	
Público		Privado	
Interno	Externo	Civil	Comercial
<i>União</i>	<i>Estado</i> <i>Estrangeiro</i>	<i>Sociedades</i> <i>Civis</i>	<i>Sociedade em Nome</i> <i>Coletivo</i>
<i>Estados Membros</i>	<i>Santa Sé</i>	<i>Associações</i> <i>Civis</i>	<i>Sociedade Limitadas</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>OEA</i>	<i>Cooperativas</i>	<i>Sociedades Anônimas</i>
<i>Municípios</i>	<i>ONU</i>	<i>Fundações</i>	<i>Sociedades em</i> <i>Comandita</i>
<i>Autarquias</i>	<i>Outras</i>	<i>Partidos</i> <i>Políticos</i>	<i>Socied. de Capital e</i> <i>Industria</i>

Fonte: Banco do Brasil (2003), adaptado pelo autor

De acordo com o Art. 1º, da Lei 9.841, de 05/10/1999, o conceito formal de micro e pequena empresa foi estabelecido considerando-se:

- a) Microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);
- b) Empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Apesar do que se estabelece na lei outros meios de se classificar podem ser utilizados como a classificação por faturamento, número de empregados. Na Tabela 1, está estabelecida a classificação das MPE de acordo com o SEBRAE (2004).

**Tabela 1** – Classificação das micro e pequenas empresas

ME (Microempresa)	Industria até 19 empregados e no comércio/serviço até 09
PE (Pequena Empresa)	Industria de 20 até 99 empregados e no comércio/serviço até 10 a 49

MDE (Média Empresa)	Industria de 100 até 499 empregados e no comércio/serviço 50 até 99
GE (Grande Empresa)	Industria acima de 499 empregados e no comércio/serviço acima de 100

Fonte: SEBRAE (2004)

## 2.1 As Micro e Pequenas Empresas no Mercado

Segundo os dados encontrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2001) existem no Brasil cerca de 5,6 milhões de empresas e as MPE respondem por 99% do total. Na Tabela 2 tem-se a distribuição do número de empresas no Brasil, classificadas por setores da economia.

**Tabela 2** – Distribuição do número de empresas no Brasil

Porte	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%
Micro	939.267	17,8	2.414.652	45,8	1.923.389	36,4	5.277.308	100
Pequena	48.314	19,7	88.941	36,2	108.203	44,1	245.458	100
Média	9.856	33,3	5.724	19,4	13.999	47,3	29.579	100
Grande	1.580	7,0	2.955	13,2	17.899	79,8	22.434	100
Total	999.017	17,9	2.512.272	45,1	2.063.490	37,0	5.574.779	100

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2004)

Os diversos setores da economia estão presentes no universo das MPE. Toda a concorrência que existe é praticamente feita pelas próprias MPE. Isso leva a uma competitividade muito grande. Para que uma empresa sobreviva no mercado ela necessita de investimentos que podem ser efetuados com recursos próprios ou com o de terceiros, muitas das MPE procuram as instituições financeiras para obterem crédito e assim realizarem seus investimentos.

A Tabela 3 apresenta o *ranking* dos agentes financeiros mais ativos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no seguimento MPE no período de janeiro a abril de 2003.

**Tabela 3 – Ranking dos agentes financeiros mais ativos (BNDES)**

Ranking	Agentes	Apenas MPE (a) R\$ milhões	Total Geral (b) R\$ milhões	Participação % (a/b) R\$ milhões	Nº de operações
1º	Banco do Brasil	241	329	73,1	3.528
2º	Bradesco BM	213	375	56,7	2.070
3º	Volkswagen	184	206	89,3	2.099
4º	CNH Capital	140	140	99,9	1.495
5º	BCN BM	117	134	87,2	902
6º	Dibens	109	110	99,1	1.119
7º	Daimler-Crysler	85	110	77,3	748
8º	Volvo	71	85	83,2	268
9º	DLL Brasil	70	70	100,0	874
10º	Outros	586	1274	46,0	4.526

Fonte: BNDES (2004)

Obs.: Os grupos financeiros liderados pelo Bradesco destinaram do total de seus desembolsos 64% as MPE.

Os recursos encontram-se disponíveis no Mercado, pois além dos recursos fornecidos pelo BNDES, as Instituições Financeiras possuem linhas de crédito próprias. As Instituições Financeiras avaliam a capacidade do tomador de recursos para que não haja desperdício de recursos.

Segundo Schrickel (2000, p. 44), “[...] a missão de uma instituição financeira é a de financiar iniciativas produtivas auferindo um retorno compatível com os riscos envolvidos nos empréstimos”.

## **2.2 O Conceito de Crédito e de Risco**

“A palavra crédito deriva do latim *credere* que significa acreditar, confiar” (PAIVA, 1997, p. 3).

Para Santos (2003, p. 15), “[...] em finanças crédito é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes”.

“Crédito pode ser então todo ato de cessão temporária de parte do patrimônio a um terceiro com a expectativa de que está parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado” (SCHRICKEL, 2000, p. 25).

A oferta de crédito pelo mercado deve ser vista como um importante recurso estratégico para alcançar a meta principal de qualquer empresa, ou seja, agregar valor ao patrimônio dos acionistas visando a sua perpetuidade.

O crédito traz consigo duas noções fundamentais: confiança, expressa na promessa de repagamento, e tempo, que se refere ao período fixado entre as partes para liquidação da dívida.

Para Schrickel (2000, p. 26), "o termo repagamento aqui utilizado em detrimento de pagamento, amortização, liquidação, entre outros é devido ao fato da posse dos recursos ser temporária, onde findo o prazo o tomador deve pagá-los de volta".

Segundo Paiva (1997, p. 5), "a função financeira de crédito é a administração de ativos com a disposição de assumir riscos, visando obter o melhor resultado possível". O risco permeia a atividade humana, mas diferentemente para cada um. Risco não é incerteza. Pode-se eliminar a incerteza, mas não o risco; esse só pode ser minimizado. O risco está baseado em probabilidades com a sua expectativa baseada em dados históricos, a incerteza não dispõe de dados para o seu embasamento.

Toda a análise de crédito é baseada na Teoria de Precificação de Ativos Financeiros e todo investimento financeiro é sujeito a diversas fontes de risco. Os principais tipos de risco de investimentos financeiros são:

- a) Risco de Inadimplência ou de crédito: decorre da possibilidade de uma empresa não poder honrar seus compromissos;
- b) Risco de Mercado: refere-se a mudanças e expectativas do mercado;
- c) Risco de Liquidez: decorre de deságios e comissões de venda de ativos com pouca liquidez;
- d) Risco de Poder de Compra: inflacionário;
- e) Risco Político: refere-se a mudanças políticas que afetam o mercado;
- f) Risco de Opção de Compra do Investimento: associado a títulos com cláusula de recompra;
- g) Risco de Conversibilidade: relativo a cláusula contratual de troca de ação preferencial em ordinária;
- h) Risco de Transparência: ligados à falta de visibilidade exata das posições financeiras das instituições por meio de análises de balanço.

"As diversas fontes de risco são independentes, mas podem ocorrer simultaneamente. Esse aspecto é de extrema importância na avaliação dos vários instrumentos financeiros" (LIMA; BELLUZO, 1997, p. 91).

O risco de inadimplência, segundo Santos (2003, p. 17), "pode ser determinado por fatores internos e externos. O risco total de crédito é função direta desses dois fatores". Entre os fatores internos podem-se elencar profissionais desqualificados; controles de riscos inadequados, ausência de modelos estatísticos; concentração de crédito com clientes de alto risco; e fatores externos são de natureza macroeconômica.

O maior risco numa operação de crédito é o desconhecimento do tomador e da operação a que o crédito se destina, mesmo que existam garantias, pois um empréstimo baseado em garantias se tornará um mau empréstimo. Uma Instituição Financeira "sobrevive" de serviços e operações de crédito saudáveis e lucrativas.

Sendo a confiança um pilar básico na concessão de crédito, ela também se baseia em dois elementos fundamentais: a) vontade de o tomador cumprir o estabelecido no contrato de crédito; e b) a habilidade do tomador em fazê-lo.

As informações sobre o cliente são importantíssimas e requisito fundamental para a análise subjetiva do risco do crédito, essas informações são tradicionalmente conhecidas como os Cs do crédito. Os 5 "C". Caráter, Capacidade, Capital, Condições e Colateral.

## **2.2.1 Os 5 Cs do crédito**

### **2.2.1.1 Caráter**

Segundo Schrickel (2000, p. 48), "este é o "C" de crédito mais importante, tendo em vista que independente do montante emprestado, este se refere à capacidade que o tomador tem em repagar o empréstimo". É aqui se constrói a ficha cadastral, peça deveras importante na análise da capacidade de repagamento do tomador, quando bem elaborada é uma fonte preciosa de informações sobre o tomador. Para tal são utilizados os bancos de dados de proteção ao crédito para se avaliar o histórico do tomador de recursos, sua capacidade de pagamento, se há cheques devolvidos, protestos falência. A ficha cadastral deve preencher todos os requisitos para uma boa análise da capacidade do tomador.

Nesse caso não se coloca a prova, o princípio da idoneidade do tomador, quando as "coisas vão bem" o tomador não tem problemas. Nos momentos em que as vendas ou lucros estão abaixo do esperado ou necessário, é que esse caráter realmente é testado. A disponibilidades de recursos e a criatividade e o pragmatismo, ou seja, o que fazer e como fazer para superar as dificuldades.

Para Schrickel (2000, p. 49), "para se ter uma boa noção do caráter do tomador é analisar o cenário em que atua, como também a conjuntura econômica, sempre vislumbrando possíveis riscos para o repagamento da dívida".

### **2.2.1.2 Capacidade**

A capacidade se refere à habilidade de pagar. Para Schrickel (2000, p. 50), "capacidade e caráter se confundem em certos aspectos. Com o processo de industrialização o sistema econômico ficou mais complexo".

A globalização trouxe uma aceleração ainda maior no sistema econômico e as mudanças tornaram-se cada vez mais rápidas, radicais e freqüentes. Toda essa complexidade tem dado um peso maior à capacidade de mutação das empresas, sendo que se uma empresa demonstra capacidade de se administrar seu negócio, fazendo-o prosperar, assim já está demonstrando sua capacidade de repagamento.

Segundo Schrickel (2000, p. 51), "uma atenção especial deve ser dada ao gerenciamento da empresa tomadora de recursos". Um outro ponto a analisar é o *curriculum* profissional dos administradores, se um profissional obteve "sucesso" na carreira, isso revela indícios da capacidade de pagamento da empresa; contudo essa regra não pode ser rígida e outros fatores devem ser avaliados.

### **2.2.1.3 Capital**

Capital se refere na conversão de negócios em renda. Segundo Schrickel (2000, p. 52), "aqui é mais importante toda a análise do balanço patrimonial, do que só o Capital Social". Não é só o Patrimônio Líquido, é a estrutura econômico-financeira da empresa. As análises de balanço e a geração de valor da empresa, no capítulo destinado a Ferramentas de Análises Decisórias.

Se as linhas de crédito disponíveis e os recursos próprios da empresa forem insuficientes, é bem provável que o insucesso da empresa seja grande.

Segundo Schrickel (2000, p. 53), "[...] esse é um sinal claro de falta de recursos e muito provavelmente a empresa não conseguirá honrar compromissos assumidos".

### **2.2.1.4 Condições**

Segundo Schrickel (2000, p. 53), "as condições dizem respeito ao cenário micro e macroeconômico em que o tomador, no caso a empresa, está inserido". As variáveis como risco país, taxa de juros, atividade econômica, estão correlacionados.

Toda a negociação de crédito com empresas devem levar em conta o contexto atual e as perspectivas futuras da economia. É certo que os emprestadores de recursos tendem a ser mais liberais em momentos de recuperação econômica e mais cautelosos em momentos recessivos.

#### **2.2.1.5 Colateral**

É grafada como em inglês e o seu significado é garantia, também chamado garantia acessória. Refere-se à riqueza patrimonial das empresas. "Sua importância para atenuar o risco, é uma tentativa de diminuir a inadimplência" (SCHRICKEL, 2000, p. 55).

Segundo Schrickel (2000, p. 55), "[...] o ideal é nunca relacionar o colateral com os pontos fracos dentro do elemento caráter", pois incluirá riscos que não devem ser assumidos pelo banco, e sim aos elementos capital, capacidade e condições para minimizar os pontos fracos do tomador de recursos para estes elementos.

#### **2.2.2 Risco de Crédito**

O risco se refere a tudo que pode ocorrer fora do que foi previsto anteriormente. Para Paiva (1997, p. 5), "cada pessoa possui uma atitude frente ao risco e isso permite se dizer que alguém é mais arrojado, moderado ou conservador". O risco não pode ser confundido com incerteza.

Em finanças risco e incerteza têm conceitos diferentes, assim, segundo Paiva (1997, p. 6), pode-se dizer que: a) risco existe e pode ser mensurado a partir de dados históricos do tomador, assim a concessão do crédito se faz a partir de premissas conhecidas e aceitáveis; e b) incerteza é quando a decisão de crédito é feita de forma subjetiva, pois os dados históricos não estão disponíveis.

Risco é a probabilidade de perda. O risco de crédito é a probabilidade do tomador não honrar seus compromissos no vencimento. O risco de crédito é diferente do risco da operação, mas mantém um relacionamento direto com a operação que deu origem ao crédito. Se houver erro na forma da contratação, da garantia recebida e outras variáveis que são utilizadas na decisão de se deferir o crédito. Todavia não se decide pensando que o tomador não vai honrar seus compromissos.

Segundo Santos (2003, p. 72), toda vez que uma instituição financeira "[...] vende um crédito está automaticamente comprando um risco com todos os efeitos bons e ruins que a transação envolve".



A maior preocupação que uma instituição financeira tem é a inadimplência, por isso, a análise dos cenários macroeconômicos. Acontecimentos externos, recessão, aumento da taxa de juros, refletem-se na capacidade de repagamento da empresa por gerarem fluxos de caixas menores.

Para Santos (2003, p. 72), "os fatores internos e externos contribuem diretamente para o aumento do risco".

Os fatores internos em geral são de natureza administrativa, como exemplo:

- a) Profissionais desqualificados;
- b) Controles inadequados;
- c) Concentração de crédito em clientes de alto risco;
- d) Falta de modelagem estatística;
- e) Política Estratégica de crédito da Instituição.

Os fatores externos são os de natureza macroeconômicas e por isso se relacionam diretamente com a liquidez. O Quadro 2 ilustra a taxa de juros de dezembro de 1997 a abril de 2003.

**Quadro 2 – Taxa de juros em % ano**

Período	Over SELIC	TJLP
Dez/1997	42,04	9,89
Dez/1998	31,24	18,06
Dez/1999	18,99	12,50
Dez/2000	16,19	9,75
Dez/2001	19,05	10,00
Dez/2002	23,03	10,00
Abr/2003	26,32	12,00

Fonte: Banco Central do Brasil (2004)

A variação da taxa SELIC e da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) indicam como fatores de natureza macroeconômica influenciam a liquidez das empresas.

A taxa SELIC caiu de 42,04% a.a., em 1997, para 26,32% a.a., em 2003, mesmo assim, ainda hoje, é uma das maiores taxas básicas de juros na economia

mundial; enquanto, a TJLP cresceu no período considerado, com um pico de 18,06% a.a., em 1998.

Para Santos (2003, p. 73) "o monitoramento da situação macroeconômica é fundamental para a adequada gestão do risco, além de disso, o credor tem que conhecer a quem pertence à empresa", o setor da atividade econômica que atua. A inflação, a taxa de juros, flutuações cambiais, concorrência, e outros fatores devem ser usados em modelagens estatísticas que permitam prever o risco.

"O modelo do *credit scoring* propicia agilizar a decisão na concessão do crédito. Um dos modelos mais utilizados é o de Monte Carlo" (SANTOS, 2003, p. 74).

Segundo Santos (2003, p. 19), embora a utilização desses conhecimentos seja prática nas Instituições Financeiras, há limitações para o seu uso: a) o ajuste adequado dos modelos de risco na avaliação de ativos para carteiras de crédito; b) as informações imperfeitas fornecidas pelo cliente, que visam "melhorar" a capacidade de obtenção de crédito; c) a volatilidade do risco país e suas conseqüências na economia; e d) a ausência de informações sobre o cliente em todo o mercado de crédito.

Há um risco não sistêmico que independe da economia e está relacionado à empresa, esse risco é intrínseco e controlável do investimento.

### **2.2.2.1 Desvio-Padrão como definição de Risco**

Segundo Paiva (1997, p. 7), "o conceito de risco e o seu tratamento estatístico foi desenvolvido a partir dos modelos de precificação de ativos financeiros", os modelos mais conhecidos são: Markowitz e Shaper.

Risco em ativo financeiro está relacionado com a probabilidade de não se obter o resultado esperado do ativo. É necessário se fazer à distribuição de probabilidades, pois existem vários retornos e probabilidades a eles associados. O retorno esperado é a média ponderada dos vários retornos possíveis e suas probabilidades, sendo o seu cálculo efetuado pela equação (1).

$$\text{Taxa de retorno} = k = \sum_{i=1}^n P_i K_i \quad (1)$$

onde:

$K_i$  – retorno esperado

$P_i$  - probabilidade de ocorrer o retorno

Segundo Paiva (1997, p. 9), "o desvio-padrão é o desvio médio ponderado pela probabilidade do valor esperado e fornece uma idéia de quão longe deste o valor real poderá se situar". O seu calculo é efetuado pela equação (2).

$$\text{Desvio-padrão} = \sigma = \sum [(K_i - K)^2 \cdot P_i]^{1/2} \quad (2)$$

### 2.2.2.2 Risco Versus Retorno

O crédito e o risco estão associados intimamente. As instituições financeiras devem saber qual a melhor taxa para maximizar o lucro, sem inviabilizar o negócio, pois o melhor resultado possível é aquele que compense a inadimplência.

Segundo Schrickel (2000, p. 45), "o risco sempre estará presente em qualquer empréstimo. Não há empréstimo sem risco. Porém o risco deve ser compatível com o negócio do banco e à sua margem mínima almejada".

A taxa de juros, que remunera o capital emprestado tem que embutir possíveis inadimplências. O correto gerenciamento da carteira ajuda a eliminar possíveis riscos de inadimplência. Para o mercado de crédito bancário, o Banco Central criou uma classificação de risco (Resolução 2.682) com uma escala que vai de AA até H. Essa classificação foi elaborada com base na qualidade dos devedores, tipo, destinação e valor da operação. A classificação é dada na Tabela 4, o seu intuito é funcionar como uma central de risco, auxiliando a decisão do crédito.

**Tabela 4** – Classificação de Risco do Banco Central

Dias de Atraso	Nível de Risco	% de Provisão
0	AA	0,00
1 a 14	A	0,50
15 a 30	B	1,00
31 a 60	C	3,00
61 a 90	D	10,00
91 a 120	E	30,00
121 a 150	F	50,00
151 a 180	G	70,00

Dias de Atraso	Nível de Risco	% de Provisão
Superior a 180	H	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil (2004)

A política de crédito da instituição financeira é quem estabelece a classificação dos clientes, "[...] a metodologia utilizada nos bancos para fazer uma distribuição probabilística objetiva é o *credit scoring*" (PAIVA, 1997, p. 20).

Segundo Santos (1997, p. 71), "o benefício da implementação de escalas é que possibilita aos credores adotar preços e cobrar juros compatíveis com o a faixa de risco de cada cliente".

### **2.3 Bancos de Dados de Proteção ao Crédito**

Segundo Bessa (2003, p. 25), "os bancos de dados de proteção ao crédito surgiram como fonte de informações ao credor sobre o tomador de recursos", as informações dizem respeito ao tomador e seus aspectos teoricamente úteis para permitir uma melhor avaliação dos riscos de se conceder o crédito.

É legítimo o direito do credor em possuir algumas informações do tomador com a finalidade específica de avaliar os riscos do negócio. A seleção do tomador não importa em afronta e é justificável.

Para Bessa (2003, p. 26 ), "[...] é razoável negar o crédito, baseando-se no fato real que o tomador não cumpriu ou não tem cumprindo compromissos de outras concessões de crédito". É uma prerrogativa incontestável a recusa de crédito por meio de uma instituição financeira. Nas relações de negócios está excluída a generosidade.

Segundo Bessa (2003), com a industrialização do país a necessidade de informações sobre os tomadores de empréstimos necessitava ser mais rápidas. A tarefa de coletar informações seria mais rápida e eficaz se exercida por uma entidade voltada exclusivamente para tal finalidade. Em julho de 1955, em Porto Alegre, foi fundado o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). No Brasil há aproximadamente 950 Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), nos dias atuais.

O surgimento de empresas para a exploração desse serviço, utilizando novas tecnologias deu origem a 54 empresas comerciais voltadas para essa atividade econômica. Segundo Bessa (2003, p. 30), "[...] dentre essas empresas destacam-se a centralização de Serviços de Bancos S.A. (SERASA) e a Segurança Crédito e

Informação (SCI [...])” controlada por uma das três maiores empresas norte-americanas de proteção ao crédito.

No setor público o Banco Central possui um arquivo de proteção ao crédito: o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF); inicialmente o banco de dados era destinado às instituições financeiras, mas atualmente devido aos inúmeros convênios, as informações contidas no CCF são repassadas diariamente a outras entidade de proteção ao crédito.

Cabe ao Banco do Brasil a administração do CCF. Os registros estão na casa de 7 a 8 milhões de pessoas físicas e jurídicas, com informações sobre os cheques emitidos sem suficiente provisão de fundos e apresentados pela segunda vez (alínea 12), aos cheques de contas encerradas (alínea 13); e às práticas espúrias (alínea 14).

Há ainda o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) disciplinado pela lei 10.522, de 19.07.2002. Qualquer devedor da Administração Pública Federal, direta ou indireta, possui registro no CADIN.

Em agosto de 2002 houve um acordo entre a Confederação Nacional dos Lojistas, Associação Comercial de São Paulo, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Associação Comercial do Paraná na elaboração de um regulamento nacional denominado Rede de Informações e Proteção ao Crédito (RIPC).

Os bancos de dados permitem a inclusão e a exclusão das “restrições comerciais” por meio de formulários próprios e da Internet, assim, qualquer fornecedor de crédito com acesso pode impostar qualquer registro baseado exclusivamente nas informações por ele impostas.

Segundo Bessa (2003, p. 32), “o objetivo dos bancos de dados de proteção ao crédito é fornecer informações a terceiros que permitam uma melhor análise dos riscos”. Os bancos de dados são auxílio na decisão e não a decisão. O risco calculado aqui é de quem não honrou seus compromissos no passado manterá a mesma postura em relação a novos créditos. O registro de informações negativas a respeito de determinado tomador não é impedimento à concessão de crédito. A decisão de conceder crédito é sempre da instituição financeira.

A realidade brasileira tem mostrado que os bancos de dados de proteção ao crédito não funcionam como auxiliares na decisão de crédito e sim decisor. Há jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, para a não inclusão do nome do devedor em bancos de dados de proteção ao crédito havendo discussão judicial a respeito do débito.

Os agentes econômicos possuem tamanha confiança, que as informações contidas neles são assumidas como verdadeiras, sem que haja qualquer verificação

da veracidade do que consta em tais arquivos, "[...] essa verificação poderia medir a importância do registro para se averiguar se o conteúdo existente é impeditivo ou não para a decisão de crédito" (BESSA, 2003, p. 38).

A tecnologia vem aprimorando os serviços dessas empresas e a base cadastral é feita mediante inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas (CNPJ), sendo que qualquer pessoa pode ter seus dados registrados sem conhecimento prévio.

Segundo Bessa (2003, p. 130), "[...] divulgar, de qualquer modo, a notícia que alguém possui dívida vencida e não paga constitui-se em ato ilícito ofensivo a honra, ensejador de indenização por danos morais e/ou materiais". Deve sempre a instituição financeira verificar, com o máximo cuidado, a inclusão de nomes nos bancos de dados para proteção ao crédito, pois trata-se, teoricamente, de uma manifestação a honra, mesmo sendo verdadeiro o fato. O direito a honra é afetado quando não se observa todo o procedimento que legitima as inscrições nos arquivos de consumo.

## **2.4 Ferramentas de Análise Decisivas**

Segundo Schrickel (2000, p. 89), "o manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil preconiza que os bancos só devem conceder empréstimos a tomadores, dos quais possuam adequadas e não-restritivas informações cadastrais."

Para que o crédito seja concedido às empresas, faz-se necessário uma análise da capacidade da empresa e as instituições financeiras usam as técnicas de análise de balanço patrimonial. A análise vertical e horizontal do balanço patrimonial é um indicador da saúde financeira da empresa. Além do Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) é usada para análise.

As micro e pequenas empresas são obrigadas a elaborar o BP e a DRE, não havendo exigência legal de publicação. Análise Cadastral, Análise de Idoneidade, Análise Financeira, Análise de Relacionamento, Análise Patrimonial, Análise de Sensibilidade e Análise do Negócio, são para Santos (2003, p. 67) "[...] todas as fases da análise de crédito que possibilitam aos credores a realização de uma análise minuciosa de risco em concessões de financiamentos às empresas".

## **2.4.1 Fases da Análise de Crédito para Empresas**

### **2.4.1.1 Análise Cadastral**

Para Santos (2003, p. 68), “o levantamento e análise das informações básicas de crédito são requisitos fundamentais para a determinação do valor do crédito, prazo para amortização, taxa de juros“. A ficha cadastral possui elementos de identificação do cliente.

### **2.4.1.2 Análise de Idoneidade**

Segundo Santos (2003, p. 68), a Análise de idoneidade, baseia-se em informações gerenciais obtidas de arquivos de dados de empresas fornecedoras de informações.

No Brasil, a SERASA e a Equifax são empresas que fornecem sistemas automatizados de pesquisa de restritivos para apuração de ações executivas, protestos, registros de cheques sem fundos, assim como qualquer problema de natureza jurídica que afete a idoneidade.

Segundo Bessa (2003, p. 266), “[...] estar registrado em bancos de dados de proteção ao crédito traz imediatamente o estigma de pessoa que não merece confiança nem crédito”, mesmo que o registro em si não signifique um risco grande para a concessão de crédito. É função da instituição financeira avaliar a concessão do crédito.

Para Bessa (2003, p. 267), “[...] está vedado ao banco de dados de proteção ao crédito realizar avaliações quanto ao risco da concessão de crédito”.

É necessário que o julgamento da idoneidade do cliente seja feita de maneira impessoal, para que informações que levem a um impedimento da concessão de crédito não seja definitiva.

## **2.4.2 Análise Econômico-Financeira**

Segundo Santos (2003, p. 69), “[...] compreende o levantamento e a análise da situação financeira da empresa, baseando-se em informações extraídas do balanço patrimonial, da demonstração de resultados e da demonstração do fluxo de caixa”, tem que ser feita a análise vertical e horizontal do balanço para que as informações sobre a empresa sejam conhecidas.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício são as fontes de informações sobre a empresa. Eles são a história da empresa em um determinado período de tempo.

Para Santos (2003, p. 80), "a análise das demonstrações financeiras é um procedimento indispensável na avaliação de riscos em concessão de financiamento". A capacidade de repagamento e o grau de endividamento são mensurados a partir da análise do balanço patrimonial.

"O Balanço Patrimonial é um demonstrativo estático padronizado, que discrimina de forma sintética e ordenada os saldos de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa" (BANCO DO BRASIL, 2003b, p. 11). O Balanço Patrimonial tem sua estrutura dividida em três grupos, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo representa os bens e direitos da empresa; já o Passivo representa as obrigações; o Patrimônio Líquido é o recurso dos proprietários. Cada um desses grupos apresenta a sua sub-divisão.

Segundo Santos (2003, p. 84), "as principais informações extraídas do Balanço Patrimonial referem-se aos Índices de Liquidez, Endividamento e Imobilização".

Os Índices de Liquidez, segundo Santos (2003, p. 84), "[...] mostram a capacidade da empresa em gerar fundos para amortizar as despesas de curto e de longo prazo".

A utilização dos índices de liquidez só demonstram a efetiva situação financeira da empresa se algumas recomendações forem seguidas. Santos (2003, p. 85) indica cuidados que devem ser tomados com esses índices de liquidez:

- a) Observar o descasamento entre os prazos de recebimento das duplicatas a receber e de pagamento das dívidas circulantes;
- b) Os estoques incluídos no Ativo Circulante referirem-se a produtos acabados e de rápida conversão em caixa;
- c) Analisar a qualidade das decisões de crédito através do índice de liquidez das duplicatas e as perdas históricas com devedores duvidosos;
- d) Verificar quais são as taxas de juros embutidas nas contas a pagar aos fornecedores e nos empréstimos bancários.

A Demonstração de Resultado do Exercício apresenta uma visão mais dinâmica da situação financeira da empresa ao longo do tempo. Segundo Santos (2003, p. 94) "[...] pela confrontação entre as contas da Demonstração de Resultados do Exercício e as contas do Balanço Patrimonial são obtidos os Índices de Rentabilidade e Rotatividade das contas Patrimoniais".



A Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício nem sempre está disponível por não ser de exigência legal, essa demonstração mostra os fluxos de caixa da atividade operacional da empresa, para Santos (2003, p. 100) “os analistas devem montá-la com base nos dados divulgados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício”, quando a empresa não fornecer ou divulgar.

Segundo Schrickel (2000, p. 238), “os índices tem limitações consideráveis que devem ser lembradas”.

## **2.5 Diversificação de Risco em Carteiras de Crédito**

Segundo Santos (2003, p. 205), “os credores sempre enfrentam dificuldades para analisar a real ou aproximada situação financeira de seus clientes”.

Para Paiva (1997, p. 33), “a função financeira do crédito é, a administração de ativos com a disposição de assumir riscos, visando obter o melhor resultado possível”.

Cada cliente apresenta um risco diferente, a padronização é feita por um sistema de *credit score* e pela evolução histórica das perdas das faixas de risco. Piso de qualidade da carteira é o nome dado aos parâmetros que definem o risco aceitável. O relacionamento entre o cliente e a instituição financeira no seu momento inicial é a parte mais crítica para os credores, pois não há o conhecimento inicial do cliente; o histórico de relacionamento é inexistente, muitas instituições financeiras usam um sistema de pontos de relacionamento para medir o risco.

Segundo Santos (2003, p. 206), “[...] daí decorre a importância da diversificação em carteiras de crédito como forma de minimizar riscos com a inadimplência”.

Segundo Santos (2003, p. 206), “a Moderna Teoria de Carteiras (MTC) recomenda aos investidores que analisem o retorno esperado sobre suas carteiras e a variabilidade ou risco associado com a obtenção do retorno esperado”. A MTC prevê duas ações visadas pelo investidor para compor seus ativos: a) o maior retorno possível para um dado risco; ou b) um menor risco para nível de retorno. A exposição ao risco é feita com base na fronteira eficiente, pelas proposições de Sharper.

Em alguns casos os credores exigem garantias auto-liquidáveis vinculadas à operação de crédito, para dar cobertura às perdas por inadimplência. Para Santos (2003, p. 207), “[...] geram uma taxa de retorno livre de risco. Essa modalidade de garantia é mais utilizada no mercado de crédito bancário”.

A MTC indica a diversificação de ativos como ação redutora de risco, o ativo deve ser considerado não isoladamente, mas em conjunto. Segundo Santos (2003, p.

209), “o risco da carteira, representado pelo desvio-padrão, refere-se à medida de dispersão de retornos obtidos frente ao retorno médio esperado”. A diversificação é benéfica quando, mantido todos os outros fatores de risco, propicia diminuição do risco da carteira. Os chamados fatores sistêmicos são os fatores econômicos que dificultam a geração de fluxo de caixa das empresas.

Esses riscos, para Santos (2003, p. 212), “[...] compreendem a porção relevante do risco de uma carteira atribuível a fatores de mercado que afetam todas as empresas”.

A administração de crédito pela modelagem da MTC, encontra algumas dificuldades na sua utilização em carteiras de crédito. A falta de dados históricos sobre o tomador e sobre a situação financeira da empresa, as técnicas de retorno esperado são pouco práticas e não possuem aplicação imediata.

“A existência de informações imperfeitas no mercado de crédito também representa um limitador ao ajustamento dos pressupostos de diversificação em carteiras, conforme recomenda a MTC” (SANTOS, 2003, p. 213).

## **2.6 Modelos Avançados de Avaliação do Risco de Crédito**

Para Santos (2003, p. 222), “[...] como forma de reduzir as perdas financeiras decorrentes da inadimplência, as empresas cada vez mais estão investindo na elaboração e implantação de modelos para avaliação do risco de crédito”. Existem vários modelos e cada credor utiliza o modelo mais apropriado.

“A metodologia utilizada nos Bancos para fazer uma distribuição probabilística objetiva é o *credit score*” (Paiva, 1997, p. 20),

Uma ferramenta estatística, denominada análise discriminante, define-se clientes de menor e maior risco. Segundo Paiva (1997, p. 21), “ no sistema *credit score*, a entrada é normalmente, um dos quatro Cs do crédito; o processo é a metodologia, os pesos, os indicadores utilizados para discriminar os clientes”, através da importação das informações o sistema analisa as informações fornecidas ao sistema (entrada) e por modelagem estatística produz um resultado, a saída. Para Paiva (1997, p. 21), “ a saída é a classificação dos clientes em grupamentos de risco ou de acordo com a probabilidade de perda; e o *feedback* é à margem de erro do processo”.

Segundo Paiva (1997, p. 21), “a margem de erro é fundamental para a validação do sistema utilizado e para o gerenciamento de uma carteira de ativos, cujos riscos foram avaliados pelo *credit score*”. Existem vários sistemas de *credit score*

desenvolvidos. Paiva (1997, passim) destaca quatro sistemas em seu livro: a) Estudo de Stephen C. Kanitz; b) Estudo de Elizabetsky; c) Estudo de Alberto Matias; e d) Estudo de José Pereira da Silva.

Santos (2003, p. 222) destaca quatro sistemas de avaliação de risco: a) Valor em Risco (VAR); b) *Creditmetrics*; c) Retorno sobre o Capital Econômico Ajustado ao Risco (RAROC); e d) Modelo KMV para estimar a inadimplência.

Por mais avançado tecnologicamente que um sistema de análise de risco possa ser, a entrada de dados é feita por pessoas. Segundo Paiva (1997, p. 25), "[...] um sistema informatizado para tal trabalho, depende da ação humana, portanto, sujeita a erros".

## **2.7 As Fontes Tradicionais de Financiamento**

As MPE desempenham um papel relevante na economia nacional, mas encontram muita dificuldade na obtenção de crédito, segundo Chér (2002, p. 189), "[...] falta promoção dos programas e das linhas de crédito existentes, além de orientação aos pequenos empresários de como se habilitar aos financiamentos". O SEBRAE avaliza as MPE complementando as garantias exigidas pelos bancos na concessão de empréstimos.

Segundo Chér (2002, p. 192), "o aval do SEBRAE prioriza os financiamentos de longo prazo voltados para a melhoria da rentabilidade e competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte".

As principais instituições que disponibilizam linhas de crédito específicas para as MPE operando no estado de São Paulo são: a) Banco do Brasil; b) Caixa Econômica Federal; c) Banco Nossa Caixa; d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEPE).

### **2.7.1 Produtos do Banco**

Os principais produtos para as MPE são: a) cartão BNDES; b) capital de giro; c) giro Automático; d) giro rápido; e) desconto de cheques; f) antecipação de crédito ao lojista; g) desconto de títulos; h) conta garantida; e i) cheque especial.

O cartão BNDES oferece crédito rotativo pré-aprovado de até R\$ 50.000,00 para financiar o investimento em máquinas, equipamentos e outros bens de produção com financiamento automático por 12 meses e prestações fixas, utilizando uma linha de crédito específica do BNDES para realização de investimentos. As compras são

realizadas exclusivamente no Portal Cartão BNDES a partir dos catálogos dos fornecedores afiliados.

O giro automático é um capital de giro exclusivo para microempresas com faturamento bruto anual de até R\$ 500 mil, sem exigência de garantias reais. O valor do empréstimo varia entre R\$ 500 e R\$ 5 mil, com prazo de pagamento de 12 meses e com taxa de juros prefixada atualmente de 2,25% ao mês. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do próprio Banco. Com prazo de até 65 dias para pagamento da primeira parcela, escolha da data para pagamento das parcelas mensais e reutilização dos valores pagos.

O giro rápido é um empréstimo simplificado e automatizado, sob medida para as empresas com faturamento de até R\$ 5 milhões. O crédito pode ser utilizado de uma só vez ou em parcelas, conforme as necessidades da empresa. A liberação do crédito pode ser feita via Internet ou pelo telefone. O prazo é de 12 meses, podendo ser renovado a cada utilização do crédito ou reutilização dos valores já pagos e é necessário apresentar apenas garantias pessoais.

O crédito pré-aprovado é a soma das modalidades: capital de giro e cheque especial.

O pagamento do capital de giro é parcelado em 12 meses e o débito da prestação será automático em conta corrente. O crédito poderá ser reutilizado após a amortização de valor equivalente a, no mínimo, três parcelas. Os encargos financeiros são pré-fixados, 2,80% ao mês.

O cheque especial é utilizado a partir da emissão do cheque no valor que a empresa precisar, até o limite estabelecido. Os encargos financeiros são prefixados e divulgados diariamente pelo Banco. Dispensa garantias reais. O Banco está vinculando a esse tipo de operação apenas garantias pessoais (fiança ou emissão de nota promissória avalizada à ordem do Banco).

A empresa pode receber hoje, em dinheiro, o que vendeu com cheques pré-datados. Resolve as necessidades de capital de giro, através de desconto de cheques pré-datados emitidos por terceiros e custodiados no Banco. Premissa de alavancar vendas e faturamento, oferecendo maior prazo aos clientes. Os cheques são guardados em custódia e depositados somente nas datas de "bom para", quando liquidam as parcelas do empréstimo. Os prazos da operação são: de no mínimo de dois dias e máximo de 180 dias do limite estabelecido; e para contratos novos até 180 dias das renovações, por períodos de até 180 dias. As garantias são aval aos cheques ou fiança em contrato. Os encargos são pré-fixados, calculados sob forma de juros simples e com taxas competitivas.

Os desconto de títulos premissa oferecer um maior prazo aos clientes e garantir recursos de forma simples e rápida. A contratação é realizada em meio eletrônico. O gerenciamento da carteira de títulos, pode ter a cobrança integrada. Os prazos do limite rotativo são de até 12 meses dos títulos, a negociar. O limite de financiamento é calculado com base nas vendas a prazo da empresa. Os encargos financeiros incidem sobre o valor nominal dos títulos

O capital de giro é uma linha de crédito sob medida, ajustável ao fluxo financeiro e sazonalidades da empresa. Pode-se negociar: a) a data para pagamento dos encargos e do capital; b) a flexibilidade em adequar as condições do empréstimo à capacidade de pagamento; c) a forma de correção dos encargos: prefixados, pós-fixados com base em CDI, ou ainda, atualizados pela TR; e d) o prazo de acordo com suas necessidades.

### **2.7.2 Fundos de Capital de Risco**

Segundo Chér (2002, p. 205), “os programas de crédito para as pequenas empresas ainda são insuficientes e pouco divulgados”. O governo tende a deixar de ser um investidor, deixando para a iniciativa privada o fomento do desenvolvimento do mercado nacional.

Com a Internet, o Brasil atraiu um tipo de investimento associado mais ao capital de risco, mas não é só o setor de Internet que tem atraído investidores. No Brasil há vários fundos de capital de risco, muitos associados a bancos.

Para Chér (2002, p. 207), “[...] ainda existirão investidores institucionais e individuais à espera de negócios”, é necessário que a empresa tenha vontade de abrir seu capital e que tenha uma boa administração e ofereça boas oportunidades de lucro. É o resultado, ou a previsão de resultado que vai atrair investidores para o negócio, segundo Chér (2002, p. 207), “o que se toma como certo é o maior rigor dos investidores, cada vez mais seletivos”.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Tipo de Pesquisa**

A metodologia aplicada é o estudo de caso. A pesquisa foi elaborada através da análise documental e descritiva, por meios de documentos históricos e atuais da referida instituição financeira. Os referidos documentos são as análises de cada carteira consolidada, cuja avaliação foi feita pela instituição, os dados obtidos estão armazenados em computador, através de sistema de banco de dados. Cada dado foi obtido alterando-se o mês de consulta e a posição consolidada de cada carteira é assim obtida.

Os dados foram analisados sem a manipulação e participação do pesquisador nas análises de Carteira. Com os dados obtidos foi criado um dado agrupado para analisar a instituição e não de cada carteira individual, pois se trata de uma observação não estruturada, ou assistemática, pois consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize os meios técnicos específicos.

### **3.2 Coleta de Dados**

Um instrumento de coleta de dados elaborado de forma adequada é o ponto de partida para um trabalho de pesquisa bem sucedido, ele pode ser aplicado na forma de levantamento de documentos, relatórios e formulários.

Os dados foram coletados dentro da própria instituição, obtendo-se como documentos as Carteiras Pessoas Jurídicas que são formadas por empresas dos vários segmentos da economia e são formadas na sua totalidade por micro e pequenas empresas, que correspondem a 96% das empresas das carteiras. Não há restrição quanto a atuação geográfica na formação das carteiras, podendo entrar na sua composição empresas da cidade ou das cidades vizinhas. Compete ao gerente de cada Carteira ir ao mercado e trazer as empresas para compor o seu *portifólio*.

Cada carteira Pessoa Jurídica possui parâmetros que definem o risco aceitável, isso é chamado piso da carteira. No estudo de caso presente todas as cinco carteiras apresentam o mesmo piso. A inadimplência esperada não deve ultrapassar o limite definido pela política de crédito da instituição. A Tabela 5 apresenta os parâmetros para avaliação de carteiras.

**Tabela 5** – Parâmetros de avaliação de carteiras

Limite de Crédito Vigente	90 %
Cadastro Atualizado	100%
Inadimplência	0%
Consumo Total de Produtos	100%
Clientes com Contas Especiais	90%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados referentes à Carteira A são apresentados no Quadro 3.

**Quadro 3** – Carteira A

Meses (2004)	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Total de clientes	54	54	59	61	64	64	64
C/ limite de credito	47	46	51	53	52	55	52
S/ limite de credito	7	8	8	8	12	9	12
$\Delta$ clientes	0	0	5	2	3	0	0
Inadimplentes	6	10	9	11	10	9	10
Atualizados	54	54	59	61	64	64	64
Contas especiais	48	48	53	55	58	58	58
Produtos	34	30	31	55	58	58	58
% Inadimplência	11,1%	18,5%	15,3%	18,0%	15,6%	14,1%	15,6%

Fonte: Coleta de dados

No Quadro 3, o total de clientes é a quantidade de clientes válidos na carteira. Esses clientes podem ter limite de crédito implantado ou não. Clientes com limite de crédito implantado estão identificados c/ limite de crédito; já os que não possuem estão indicados como s/ limite de crédito, que são calculados pela diferença entre o número de clientes total menos os que possuem limite de crédito. A Variação de clientes ( $\Delta$  clientes) é o incremento de clientes ao longo do meses; sendo calculado pela diferença de total de clientes do mês em relação ao mês anterior.

Os inadimplentes foram calculados pela diferença entre o total de clientes e os clientes adimplentes.

Clientes atualizados são os que possuem informações cadastrais atualizadas. Os clientes com contas especiais são os que possuem limite de crédito disponível na conta, chamados aqui contas especiais. Produtos referem-se ao consumo de produtos pelos clientes, ou seja, quantos clientes possuem produtos.

Percentual de inadimplentes é a relação percentual entre os inadimplentes e o número de clientes total. Os dados referentes a composição da Carteira B, C, D e E são apresentados nos Quadro 4, 5, 6, e 7, a seguir.

**Quadro 4 – Carteira B**

Meses (2004)	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Total de clientes	174	172	171	169	170	171	171
C/ limite de credito	155	155	149	140	144	141	138
S/ limite de credito	19	17	22	29	26	30	33
Δ clientes	0	-2	-1	-2	1	1	0
Inadimplentes	21	23	22	27	21	24	26
Atualizados	174	172	171	169	170	171	171
Contas especiais	171	170	169	167	166	167	167
Produtos	90	91	91	134	135	136	138
% Inadimplência	12,1%	13,4%	12,9%	16,0%	12,4%	14,0%	15,2%

Fonte: Coleta de dados

**Quadro 5 – Carteira C**

Meses (2004)	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Total de clientes	155	154	153	150	154	155	159
c/ limite de credito	122	111	109	110	117	113	112
s/ limite de credito	33	43	44	40	37	42	47
Δ clientes	0	-1	-1	-3	4	1	4
Inadimplentes	12	27	33	28	31	31	32
Atualizados	155	153	151	150	153	153	158
Contas especiais	141	139	138	135	139	139	142
Produtos	58	59	63	101	105	110	107
% Inadimplência	7,7%	17,5%	21,6%	18,7%	20,1%	20,0%	20,1%

Fonte: Coleta de dados



**Quadro 6 – Carteira D**

Meses (2004)	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Total de clientes	179	179	182	182	177	179	179
C/ limite de credito	154	156	159	158	153	150	152
S/ limite de credito	25	23	23	24	24	29	27
$\Delta$ clientes	0	0	3	0	-5	2	0
Inadimplentes	19	20	21	17	15	19	18
Atualizados	179	179	182	182	177	179	179
Contas especiais	167	167	170	171	167	169	169
Produtos	71	61	66	126	129	134	134
% inadimplência	10,6%	11,2%	11,5%	9,3%	8,5%	10,6%	10,1%

Fonte: Coleta de dados

**Quadro 7 – Carteira E**

Meses (2004)	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Total de clientes	60	58	75	69	65	75	79
C/ limite de credito	60	56	65	64	61	68	69
S/ limite de credito	0	2	10	5	4	7	10
$\Delta$ clientes	0	-2	17	-6	-4	10	4
Inadimplentes	0	3	9	4	4	7	8
Atualizados	60	58	75	69	65	74	79
Contas especiais	53	54	60	61	64	70	75
Produtos	5	3	8	23	31	36	53
% Inadimplência	0,0%	5,2%	12,0%	5,8%	6,2%	9,3%	10,1%

Fonte: Coleta de dados

A composição de cada carteira é constituída de 95% de micro e pequenas empresas e 5% de outras.

A inadimplência se dá da seguinte forma: a) 96% são micro e pequenas empresas; e b) 4% de outras.

### **3.3 Seleção de Dados**

Os dados selecionados são: a) o Quadro 3, Carteira A; b) o Quadro 4, Carteira B; c) o Quadro 5, Carteira C; d) o Quadro 6, Carteira D; e E) o Quadro 7, Carteira E.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÃO

Para a análise de resultado foi elaborado o Quadro 8, que consiste no somatório de todas as carteiras.

**Quadro 8** - Composição total das carteiras da instituição

Meses (2004)	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Total de clientes	622	617	640	631	630	644	652
Inadimplentes	58	83	94	87	81	90	94
% Inadimplência	9,3%	13,5%	14,7%	13,8%	12,9%	14,0%	14,4%
Crescimento	0	-5	23	-9	-1	14	8
Inadimplentes	0	3	9	4	4	7	8
Contas Especiais	580	578	590	589	594	603	611
% total	93,2%	93,7%	92,2%	93,3%	94,3%	93,6%	93,7%
Produtos	258	244	259	420	432	444	444
% Produtos	41,5%	39,5%	40,5%	66,6%	68,6%	68,9%	68,1%

Fonte: Análise dos dados

O total de clientes é a somatória de todos os clientes de cada carteira. Inadimplentes é o somatório de todos os clientes inadimplentes das carteiras. O percentual de inadimplentes totais em relação aos clientes totais. O crescimento é a variação na quantidade total de clientes de um mês em relação ao outro. Contas Especiais é o total de contas especiais das carteiras. Produtos são a quantidade total de produtos, somadas as carteiras.

A inadimplência vem oscilando, em janeiro foi de 9,3%, aumentando em fevereiro (13,5%) e março (14,7%), caindo em abril (13,8%) e maio (12,9%), tornando a crescer em junho (14,4%) e julho (14,4%), para um patamar próximo ao de março.

O índice de consumo de produtos está muito abaixo dos 100% pretendidos pela instituição. A média de consumo de produtos pelos clientes da instituição estudada é de 56,2%. Embora o número de contas especiais esteja dentro do esperado, ou seja, maior que 90%.

O crescimento das contas especiais também é oscilante, isso pode ser atribuído a encerramentos de contas maiores que a entrada de novas contas, a redução de contas devido a restrições que os clientes apresentam. Fica evidente que o crescimento de contas novas não é expressivo. Esse fator pode ser mercadológico.

Uma melhor análise dos clientes, além de reduzir a inadimplência pode alavancar os negócios com os clientes, apesar do aumento no percentual de produtos, o número é bem abaixo dos 100% pretendidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos resultados obtidos pode-se concluir que o índice de inadimplência é muito elevado entre as micro e pequenas empresas. Isso se deve ao fato de haver fatores macroeconômicos, como também a empréstimos efetuados com pouco critério. A seleção de empresas no mercado deve ser mais criteriosa. É imperativo se fazer uma análise mais apurada das micro e pequenas empresas que procuram a instituição para abertura de contas e para obtenção de crédito nas suas diversas formas.

As operações via SEBRAE e BNDES ainda são pouco realizadas para as micro e pequenas empresas o que poderia minimizar possíveis inadimplências. O número de negócios com clientes é baixo, o que representa um potencial pouco explorado. Analisando com atenção clientes com produtos nota-se claramente que o índice não chega a 70%, havendo oportunidades de negócios perdidas, ou pouco exploradas.

Como fator de negócios o índice de consumo de produtos saltou de 41,5% em janeiro, para 68,1% em julho. Esse aumento é devido a um maior foco nos negócios com os clientes. Somente em abril é que começou o crescimento de clientes com produtos, isso é um sinal que os clientes não vinham sendo bem trabalhados.

Um outro fator que chama a atenção é o descuido com a capacidade e a idoneidade do cliente. Esse fator contribuiu para o aumento da inadimplência e pode ser muito reduzido na abertura da conta do cliente empresarial com a adoção de critérios mais precisos na documentação. A solicitação do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício podem ajudar a analisar a capacidade do cliente, cabe ao funcionário encarregado da abertura da conta da empresa analisar o Balanço Patrimonial de pelo menos três anos. Para empresas recém constituídas só a previsão de faturamento pode ser aceita, desde que acompanhada de uma visita que avalie a real capacidade do cliente empresarial ou com o uso de garantias reais.

Fazendo uma análise mais apurada dos clientes, pode-se afastar clientes indesejosos. Saber quem é o cliente, qual o seu perfil, o que se sabe sobre o cliente, quais as necessidades do cliente, que estratégia usar, as soluções que lhe são adequadas; e principalmente qual a importância e o retorno esperado desse cliente.

No próprio critério de avaliação da instituição é admissível cliente com alguma restrição bancária, visto que o critério para limite de crédito vigente para a carteira é de 90%, mas isso não significa um aval para que seja dado crédito a empresas com situação financeira duvidosa. Por isso a inadimplência deveria ser baixa, o admitido

pela instituição é 8%, mas o percentual está crescendo atingindo em julho seu maior valor 14,4%, que está muito além da pretendida.

No uso de garantias é necessária a geração de comprometimento para o pagamento. A instituição não quer receber a garantia e sim o crédito que efetou. Não é possível dar crédito a alguém com restrição baseado somente na garantia que pode estar sendo dada.

As micro e pequenas empresas costumam necessitar de capital de giro, então recorrem a práticas comerciais com as quais não conseguem manter sua sobrevivência, principalmente o financiamento de seus clientes através dos famosos cheques pré-datados, que muitas vezes são trocados por dinheiro e no momento da sua liquidação não apresentam suficiente provisão de fundos, obrigando as micro e pequenas empresas a pagarem taxas, além de devolver o dinheiro que já haviam recebido anteriormente.

O crédito é de fácil concessão, cabe a instituição averiguar se a empresa não está trabalhando com práticas espúrias, o que certamente compromete o recebimento futuro do que se emprestou.

O risco faz parte das operações de crédito e deve ser minimizado, por isso as instituições financeiras trabalham todas com limites pré-estabelecidos. O risco de uma oficina mecânica é certamente diferente ao de uma panificadora. Cabe ao gerente de carteira avaliar com critério ético e profissionalismo o pedido de crédito e não avaliar se o dono da empresa é conhecido.

O número elevado de micro e pequenas empresas com dificuldades de repagar os créditos, na instituição pesquisada, são uma fonte de alerta para a análise de crédito para outras empresas do mesmo setor. Esse aspecto se torna relevante na decisão do empréstimo que por vezes adota práticas para facilitar o empréstimo sem se preocupar em receber.

O presente estudo recomenda um rigor maior na negociação de créditos com as micro e pequenas empresas e também a aplicação das modernas técnicas de avaliação de carteiras, assim como pequenas rotinas de trabalhos já mencionadas para se reduzir à inadimplência. Uma outra recomendação é o atendimento de forma massificada para as Micro e Pequenas Empresas.

É necessário distinguir com todo o cuidado o tipo de tomador de recursos, aquele que quer pagar e não possui capacidade de pagamento; aquele que só paga após ação judicial; e aquele que não quer pagar, só quer o crédito para depois não repagá-lo. A confiança no cliente deve estar respaldada na capacidade e no caráter do cliente.

É o crédito que promove o desenvolvimento do país, mas o que o trabalho conclui é que ele mal utilizado tanto pelas empresas tomadoras de recursos como das que possuem recursos para emprestar.

Para o futuro pode ser pesquisado não só uma instituição financeira, mas as maiores do mercado ou ainda uma avaliação do mercado em si na região, qual a percentagem e o papel de cada instituição financeira na liberação de crédito para as micros e pequenas empresas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 01 mai.2004

BANCO DO BRASIL. **Qualidade do Crédito**. Brasília: Unidade de Função Recursos Humanos, 2003. (Cadernos 6).

\_\_\_\_\_. **Qualidade do Crédito**. Brasília: Unidade de Função Recursos Humanos, 2003b. (Cadernos 3).

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 07 set. 2004.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Disponível em: <<http://www.bndes.com.br>>. Acesso em: 01 mai. 2004.

BESSA, Leonardo Roscoe. **O Consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao crédito**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2003. (Biblioteca de direito do consumidor, 15).

CHÉR, Rogério. **O meu próprio negócio: todos os passos para avaliação, planejamento, abertura e gerenciamento de um negócio próprio**. 3. ed. São Paulo: Negócio Editora, 2002.

LIMA, Mantoani Pádua; BELLUZO, Luiz Gonzaga Mello. **Instabilidade e criatividade nos mercados financeiros internacionais**: condições de inserção dos países do grupo da América Latina. São Paulo: Editora Bional, 1997.

PAIVA, Carlos Alberto de Carvalho. **Aministração do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de crédito**: empresas e pessoas físicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



SCHRICHEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito**: concessão e gerência de empréstimos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.  
Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2004.

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Cláudio Aguiar da Silva

Taubaté, Dezembro de 2004.

